

A esfera pública também sente? Sobre emoções e discurso cívico na era digital

Does the public sphere also feel? On emotions and civic discourse in the digital age

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_5

Resumo:

O ponto de partida deste artigo é a crescente atenção hoje dada ao afeto e às emoções enquanto dimensões incontornáveis do ponto de vista da participação cívica, particularmente no contexto dos *media online* e sociais – e as consequências que esta atenção traz à noção de esfera pública. Parte da identificação de algumas das dificuldades intrínsecas à ideia clássica de esfera pública, sobretudo as que resultam da sua estruturação estrita a partir do racionalismo discursivo. Aprecia a estrutura dos *media* e o modo como essa estrutura acolhe formas de expressividade da conversação pública. Descreve a transformação do *ethos* associado às formas de discursividade, e a inclusão, com um estatuto renovado, de características como o afeto ou as emoções. Enuncia algumas das ambivalências associadas à presença das emoções na esfera pública, e, de um modo mais específico, no jornalismo, e o modo como dessas ambivalências decorre um olhar renovado

sobre as oportunidades de participação cívica e, igualmente, sobre os perigos que ameaçam a discursividade pública.

Palavras-chave: Esfera pública; discursividade; emoções; *media* sociais.

Abstract:

The starting point of this article is growing attention given nowadays to affection and emotions as unavoidable dimensions from the point of view of civic participation, particularly in the context of online and social media – and the consequences that this attention brings to the notion of the public sphere. It starts from the identification of some of the difficulties intrinsic to the classical idea of the public sphere, especially those that result from its strict structuring based on discursive rationalism. Appreciates the structure of the media and the way this structure embraces forms of expressiveness in public conversation. It describes

the transformation of the ethos associated with the forms of discursiveness, and the inclusion, with a renewed status, of characteristics such as affection or emotions. Enunciate some of the ambivalences associated with the presence of emotions in the public sphere, and, more specifically, in journalism, and how these ambivalences result in a renewed look at opportunities for civic participation and, equally, at the dangers that threaten the public discourse.

Keywords: Public sphere; discursiveness; emotions; social media.

¹ Doutor e Agregado em Ciências da Comunicação, é Professor Coordenador no Instituto Politécnico de Coimbra. É investigador no LabCom e no Núcleo de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (IPC-ESEC). Os seus interesses centram-se no estudo da relação entre os novos *media* e a vida social. É autor dos livros *Linguagem e Modernidade* (2003), *Comunicação, Media e Identidade* (2009), *Novos Media e Vida Cívica* (2013) e *Sociologia dos Novos Media* (2018).

Para um mapeamento da discursividade contemporânea

É conhecido o intenso e muito rico debate acadêmico sobre as tensões entre os *ideais normativos* e a chamada *experiência vivida*, particularmente no âmbito dos espaços públicos mediados. Estes ideais motivaram o ceticismo de Habermas em relação ao potencial das instituições mediáticas para criarem as condições adequadas a processos de deliberação pública e de formação de opinião, sendo o funcionamento dos *media*, no essencial, descrito em termos da criação de uma ilusão de participação. Embora as normas fundamentais de interação associadas ao ideal da esfera pública permaneçam essenciais para a criação de formas de debate com significado, tem vindo a ser assinalado, nas últimas décadas, como o conjunto de distinções binárias propostas normativamente pelo modelo clássico de espaço público podem não ser desejáveis nem alcançáveis nos diversos contextos da vida do quotidiano. Alguns dos pressupostos principais do modelo de esfera pública consideram que o debate público deve ser racional,

imparcial e objetivo. Formulada assim, esta perspetiva implica a desconsideração de elementos como a emotividade, a parcialidade, as paixões e a subjetividade – as quais, contudo, percorrem múltiplas dimensões de discursividade nos dias de hoje. Mesmo no campo do jornalismo, os mais recentes desenvolvimentos ocorrem no sentido de enfatizar a emoção como um princípio estruturante das relações que emergem entre pessoas, notícias e jornalistas ligados em rede (Beckett & Deuze, 2016).

Mas um outro aspeto deve ser tido em consideração. Nos seus traços fundamentais, a noção habermasiana de esfera pública tem subjacente a intenção de minimizar as relações assimétricas de poder que atravessem as situações comunicativas. Contudo, o que alguns autores mostram é que a razoabilidade é em si mesma uma construção social que usualmente beneficia aqueles que já possuem o poder. E que “a teoria democrática deve considerar como é que as perspetivas críticas capazes de desafiar as definições dominantes são geradas, contestadas e institucionalizadas” (Kohn, 2000, p. 409). Significa isto

que, muito embora se reconheçam os méritos da noção de esfera pública, a sua existência concreta tende a privilegiar a comunicação entre elites. Kohn (2000) descreve ainda como a expansão da democracia, nas várias sociedades ao longo da História, tem sido impulsionada pela mobilização, pela formação de identidades coletivas e pela concertação de ações – e não exclusivamente, ou mesmo maioritariamente, através da obtenção de consensos de natureza deliberativa. O que orienta, desde já, a nossa atenção para os contextos onde ocorre essa mobilização, onde se formam essas identidades, e onde se concertam ações.

Outros estudos (Pantti, 2010; Meijer, 2001), centrados, de um modo mais específico, em formas de discursividade de massa nos *media mainstream*, vêm revelando de igual modo as insuficiências da abordagem clássica da noção de esfera pública. Um trabalho desenvolvido por Lunt e Stenner (2005) sobre *talk-shows* defende que, embora este género de programas possa não ser facilmente defendido enquanto palco de discussões críticas racionais autónomas,

que conduzam a situações de consenso, ele expressa algo importante e peculiar acerca da opinião pública e do envolvimento com a cultura cívica. Como afirmam, um trabalho de análise e de avaliação dos *talk-shows* (tendo em vista o exame minucioso das formas de interação ali existente e para a avaliação da relevância das questões e dos argumentos) reorienta a atenção dos investigadores das preocupações abstratas da teoria da esfera pública para uma análise mais detalhada dos aspetos performativos da fala televisiva. Donde, também estes desenvolvimentos contestam a relevância da formulação original de Habermas (1989) da teoria da esfera pública – à qual escapam os detalhes do que ocorre nos programas e a importância destes enquanto veículos para a expressão de experiências quotidianas e de vozes marginais.

Em síntese, tem vindo a ser assinalado que uma abordagem estritamente racionalista tenderá a desconsiderar uma grande variedade de formas comunicativas que podem ser importantes para a democracia, incluindo, entre outros, elementos de ordem afetiva, estética, humorística

ou irónica. Nos anos mais recentes, sobretudo como resposta à crescente relevância dos *media* digitais e sociais e das formas de discursividade que ali se generalizaram, ganhou força o questionamento da delimitação rígida das normas formais clássicas. É no quadro deste questionamento que se situa o presente artigo.

Sem deixar de considerar a utilidade do quadro analítico clássico habermasiano, o que aqui se equaciona é a possibilidade de uma análise da noção de esfera pública (incluindo a que se situe nos espaços *online* mais comuns) adotar uma definição mais inclusiva tanto do que é o discurso com teor político, como sobre as medidas que classificam e balizam as práticas de deliberação. Como assinalam Coleman e Blumler (2009, p. 38), muitos estudos baseiam-se numa imagem da esfera pública *online* sustentada numa “ruminação cerebral profunda, sombria e racionalmente limitada (...) mais adequada à Câmara dos Comuns do que ao local de trabalho, à comunidade ou à praça pública”. Ora, muito embora esses espaços possuam o seu lugar próprio e regras de funcionamento definidas e estabilizadas,

Nos anos mais recentes, sobretudo como resposta à crescente relevância dos media digitais e sociais e das formas de discursividade que ali se generalizaram, ganhou força o questionamento da delimitação rígida das normas formais clássicas

existirão, no quotidiano, outros lugares muito diferentes que importa considerar – e entre eles os que atravessam os novos *media* e os espaços de interação comunicativa ali existentes.

É seguindo este entendimento que Coleman e Blumler (2009, p. 38) se manifestam “muito felizes” por se satisfazerem com uma democracia que aprecie e valorize um conjunto de “formas de conversa pública, informais, conversacionais, consultivas ou suportadas em evidências” – e que por isso é uma democracia *mais* deliberativa. A alternativa trará consigo um perigo: o de utilizarmos para medir a deliberação critérios idealizados e de difícil operacionalidade – que comprometem, desde início, qualquer resultado útil. Embora modelos inspirados de forma estrita na proposta de Habermas continuem a ter um papel significativo a desempenhar – de que estudos empíricos da deliberação *online* como o levado a cabo por Raphael Kies (2010) são bom exemplo –, a pesquisa precisa de considerar abordagens mais flexíveis para analisar as esferas públicas, muitas delas *online*, onde se situa muita da discussão contemporânea.

A estrutura dos *media* e a expressividade da conversação pública

Todo um trabalho inovador desenvolvido ao longo dos últimos anos tem vindo a demonstrar, empiricamente, que formas de conversação quotidiana em espaços *online*, cuja função primária não é política, podem ter um valor democrático real. A perceção de que o debate público é, muitas vezes, mais que um debate crítico-racional adquiriu, aos longos dos últimos anos, uma importância crescente. Tornou-se incontornável à medida que as formas de participação públicas se deslocaram para os espaços digitais: primeiro com as páginas pessoais e com os espaços de comentário de notícias *online*, depois com formas de ativismo em rede; hoje, com a centralidade das redes sociais digitais. Como descreve Wahl-Jorgensen, uma análise da conversação que percorre todos estes espaços permite a descoberta de “histórias pessoais emocionantes [que] podem ser amplamente valorizadas tanto por jornalistas como por membros da audiência. Serão valorizadas porque possuem a capacidade de cultivar

compaixão e de ampliar as nossas visões do mundo” (2019, p. 2).

Reservando para mais adiante uma análise à ação jornalística, verificamos, desde já, como alguns investigadores, ao apreciarem as dinâmicas da esfera pública, mencionam a chamada “viragem emocional” (*emotional turn*) nos estudos dos *media* – abrindo espaço para uma avaliação mais matizada do papel da subjetividade e das histórias pessoais na articulação que estabelecem com o bem comum. Desafiando, dessa forma, as compreensões mais rígidas dos ideais habermasianos de debate crítico-racional.

De modo crescente, diversas perspetivas indicam a necessidade de fazer a distinção entre a esfera pública (formal), por um lado, e a conversação política do quotidiano, por outro lado. Como enunciámos acima, para muitos estudiosos a deliberação é um conceito normativo, guiado pelo princípio da racionalidade, baseado num conjunto de normas e regras orientadas para o bem comum, que visa alcançar um consenso racionalmente motivado. Ora, é esse tipo de deliberação que se apresenta inadequado para classificar

muitos dos espaços quotidianos da esfera pública – não apenas os criados pelos novos *media*, mas os que estes vieram multiplicar, para além dos que lhe pré-existiam. Estes espaços não estão vinculados a quaisquer agendas ou resultados formais, e a conversação política que aqui surge é muitas vezes espontânea e destituída de qualquer propósito direto, para além do próprio exercício da conversação. Ao contrário da deliberação em órgãos públicos de tomada de decisão, a conversação política quotidiana não é necessariamente direcionada para a tomada de decisões ou para outras formas de ação política, mas é muitas vezes expressiva na sua natureza (Mansbridge, 1999).

A conversação política quotidiana, assim caracterizada, não invalida, contudo, que se considere a sua importância para os processos deliberativos, os quais se estruturam, muitas vezes, em cadeias comunicacionais longas (e complexas) – as quais não têm presente, sempre e em cada momento, o ato propriamente dito da deliberação. Noutros termos, as formas de conversação política quotidiana não são sem sentido por,

simplesmente, não pretenderem resultar numa ação política, imediata ou direta. Pelo contrário, há um conjunto crescente de evidências que sugerem que falar sobre política pode aumentar os níveis de conhecimento político, o envolvimento cívico, a exposição e a tolerância a perspectivas de diferenciação, ou facilitar mudanças de preferência (Graham, 2015). É através dessas formas que os cidadãos alcançam estados de entendimento mútuo entre si, acerca dos problemas políticos e sociais (e soluções) que enfrentam. É ainda a rede de conversações políticas informais, conduzidas ao longo do tempo e entre a multiplicidade de níveis e de espaços, que promove a opinião pública, e com isso prepara os cidadãos e o sistema político em geral para a ação política.

Uma investigação realizada por van Zoonen (2005) sobre a existência de práticas de deliberação a partir de séries televisivas populares *mainstream* (desde *Yes, Minister* a *All President's Men*, entre diversas outras) é paradigmática e ilustra o argumento referido nos parágrafos anteriores. O estudo evidenciou como

estas séries capacitam as pessoas para pensarem sobre os dilemas que os políticos enfrentam, sobre os seus princípios morais e ideológicos, as suas esperanças e ideais, e fornecem informação sobre elementos específicos da política. No que nos importa, sublinhamos a possibilidade inerente aos *media* – nas suas diversas formas – de se constituírem em recurso para a apresentação, para a reflexão e para o julgamento de ideias de interesse público: “As pessoas fazem política em relação a filmes e a séries, e constroem através das suas reações uma versão própria e pública do seu ‘eu’ político” (van Zoonen, 2005, p. 544).

Se esta possibilidade foi considerada nos *media* em geral, há pouco mais de uma década atrás, de um modo mais específico, Lincoln Dahlberg (2004) refletia no mesmo sentido o estado da pesquisa sobre a esfera pública *online*. Nas suas palavras, seria necessária uma nova agenda que se movimentasse “para além da primeira fase” da análise empírica desse conceito. A sua tese é conhecida: na comunicação *online* existem fatores formais ou arquitetónicos, e fatores informais ou de cultura cibernética.

Seria bastante simples identificar e explorar os fatores formais que estruturam as práticas discursivas – designadamente as estruturas tecnológicas (*software*, configurações de fóruns) - bem como a gestão formal de espaços *online* (regras de participação, sistemas de moderação). Já por outro lado os fatores informais são mais difíceis de identificar – pelo menos numa análise prévia a cada situação. Dahlberg descreve que as pesquisas identificam práticas culturais *online* que necessitam de atenção - é o caso do domínio do conteúdo e do estilo das interações por parte de grupos particulares, ou o desenvolvimento de formas de *netiqueta*. Na verdade, os fatores arquitetónicos (formais) e culturais (informais) podem sobrepor-se e influenciar-se mutuamente, de maneiras complexas. A título de exemplo, as arquiteturas da Internet podem encorajar o desenvolvimento de novas formas comunicativas, enquanto a cultura *online* pode gerar novas regras de interação que, com o tempo, se tornam consagradas em *software* e sistemas de gestão. Desde então, não só vimos um aumento do número de estudos, mas também o

*Na verdade,
os fatores
arquitetónicos
(formais)
e culturais
(informais)
podem sobrepor-
se e influenciar-
se mutuamente,
de maneiras
complexas*

desenvolvimento de novas abordagens e a afinação das perspetivas que descrevemos acima (Papacharissi, 2009; Morozov, 2011; Jin, 2013; Fuchs, 2017). Como resultado, o campo de estudos da esfera pública e, no seu âmbito, da deliberação, tem sofrido importantes transformações, ampliando o conhecimento acerca de fenómenos antes pouco centrais ou mesmo negligenciados.

Transformações do *ethos*: afeto e emoção

Um dos contributos relevantes para compreender este fenómeno é-nos proposto por Zizi Papacharissi (2004), quando, a partir da releitura da noção de *democracia anárquica*, de Lyotard, redefine os contornos da comunicação política no ciberespaço. Concretamente, Papacharissi parte da tese do pensador francês quando este sugeriu serem a anarquia, a individualidade e o desacordo, ao invés do acordo racional, que conduzem à verdadeira emancipação democrática. É a partir daqui que Papacharissi marca o contraste entre um suposto *ethos* do confronto franco *online* e

uma cortesia forçada, existente na conversação política cara-a-cara. Diz-nos que, se é comum usar os termos civilidade e polidez de forma indistinta, o que esta indiferenciação faz é ignorar os méritos democráticos que podem existir numa discussão vigorosa e calorosa – mesmo que descortês.

Afirma Papacharissi (2004, p. 266): “Impor padrões de cortesia aos públicos pode erradicar a sua individualidade e singularidade.” Este entendimento possui consequências de enorme significado: define o conceito de *civismo* num sentido mais amplo, que lhe permite classificar como comportamentos cívicos todos os que aumentam a conversação democrática. Suportada nesta distinção, os resultados de pesquisas empíricas que desenvolveu classificam a maioria das mensagens publicadas em grupos de discussão sobre temas políticos como possuidoras de valor cívico. Concretamente: “A maioria da conversa *online* é cívica e educada, encoraja a discussão política *online* e contribui para o bem-estar da esfera pública” (Papacharissi, 2004, p. 280). Ao mesmo tempo, os dados obtidos mostram

que, devido à ausência de comunicação cara-a-cara, o ciberespaço pode assumir-se como um espaço que promove a concretização da ideia de Lyotard de “emancipação democrática por desacordo e anarquia”.

Também os estudos da interação social, desenvolvidos décadas antes por Erving Goffman, e, especificamente, a importância que neles se atribui às ações não calculadas e às formas espontâneas de interação, contribuíram para suportar esta proposta de Papacharissi. A partir deles, a investigadora grega redefine todo um novo jogo de equilíbrios, no qual a valorização da espontaneidade de ação não implica, necessariamente, o abandono de padrões de tratamento respeitoso: “A civilidade deve ser redefinida como uma construção que engloba – mas também ultrapassa – a polidez” (Papacharissi, 2004, p. 266). A própria noção de “face”, mesmo quando se verifica a ausência da interação cara-a-cara, preserva uma importância extrema na relação com os deveres cívicos – na medida em que é a “face” que suporta a gestão da identidade pública. Ainda suportada no paradigma de Goffman, e

sobretudo a partir da noção de *frame*, a proposta de Papacharissi menciona o dever de, em cada discussão pública, estabelecer e renegociar termos de comportamento cívico que não se limitem à escolha polida de palavras – mas se estendam ainda, e sobretudo, ao fortalecimento das nossas relações uns com os outros e dos nossos laços com a democracia.

O que Papacharissi mostra, assim, é que é possível as conversas serem “indelicadas” sem, por isso, deixarem de possuir valor cívico. Mensagens aparentemente impróprias podem, afinal, ser plenas de significado, na medida em que representam imperfeições, paixões ou traços da natureza humana – a que, frequentemente, acrescentam contributos com significado político, num sentido lato do termo. Ao invés, outras mensagens inquestionavelmente educadas de um ponto de vista formal, mas com conteúdos de teor anticívico (discriminatórias, não democráticas, de incentivo à violência ou outras), poderão, por seu lado, atingir abertamente direitos individuais e ser recusadas a partir de uma lógica racional-argumentativa – acabando muitas vezes denunciadas

ou eliminadas das plataformas de comunicação onde ocorrem. Apesar de formalmente “polidas”, serão uma ameaça à democracia e, pela sua própria natureza, ameaçam o desenvolvimento de uma esfera pública.

Num trabalho posterior, Zizi Papacharissi (2014) recolheu histórias sobre como os *media* sociais serviram de canais para a expressão de afetos em momentos históricos, momentos de clara mudança social: “histórias de conexão e expressão”. Nesta medida, mostra como o termo “afeto” nos ajuda a analisar modos de envolvimento político que vão além das expressões formais de opinião. Como explica, sentimentos políticos sem forma e espontâneos podem acumular-se, e, num dado momento, passar de estado latente para manifesto, dando novas formas ao envolvimento e à participação. Noutros termos, se a emoção é um “estado”, o afeto tem a ver com a dinâmica que o gerou. Nos acontecimentos que descreve (as várias *Arab Spring*’s, a *Praça Syntagma*, o *Occupy*, entre outros), é através dos *media* sociais que as pessoas definem o seu posicionamento, produzem e difundem informação e levam a cabo,

ou envolvem-se, em formas diversas de ação cívica. Plataformas como o Facebook, o Twitter ou o WhatsApp convidam os observadores a sintonizarem-se com eventos de que se encontram fisicamente afastados, permitindo que imaginem e sintam como se os estivessem a experimentar diretamente: “Mecanismos de contar histórias como fotografias, vídeos do YouTube ou do Vine, descrições condensadas de momentos de tensão no Twitter ou *videoblogs* com diretos de revoluções em curso, transmitem um sentimento de imediatismo que faz sentir como se lá estivéssemos, sejam onde forem” (Papacharissi, 2014, p. 5). Ora, como nota Papacharissi (2014, p. 133), “as práticas desenvolvidas por estes públicos representam o abandono dos protocolos deliberativos fundados racionalmente em esferas públicas e ajudam-nos a re-imaginar como definir e entender o discurso cívico produzido por multidões em rede na era digital”. Em suma: o envolvimento de um indivíduo implica não apenas a sua atenção cognitiva e uma postura normativa, mas também um envolvimento subjetivo, um *investimento de si mesmo*.

“Há uma carga emocional; sente-se fortemente sobre o assunto em questão. Isso é envolvimento e nunca pode ser reduzido ao puramente racional” (Dahlgren, 2018, p. 2058).

O modo como a democracia sente

Pesquisas mais recentes, centradas no papel dos *media* sociais enquanto dinamizadores da esfera pública, complementam e reforçam as perceções anteriores. Halpern e Gibbs (2013), num estudo dedicado ao uso do Facebook e do Twitter na relação com a deliberação, verificaram que assuntos mais sensíveis desencadeavam publicações (*posts*) mais impróprias, em ambas as plataformas, mas que, simultaneamente, os mesmos utilizadores apresentavam também mais argumentos crítico-racionais para apoiar as suas posições do que ocorria em publicações menos sensíveis. Contrariamente ao sugerido por pesquisas anteriores, que indicavam as questões mais sensíveis como menos favoráveis a promover a discussão deliberativa que as questões não-sensíveis, os resultados obtidos

foram de sentido inverso: perante assuntos altamente sensíveis, os utilizadores apresentaram mais argumentos fundamentados e citaram mais fontes externas que em tópicos neutros. Esta contradição pode ser explicada pelo facto provável de estes assuntos estimularem em maior grau a motivação para provar a própria perspetiva, e com isso implicarem o uso de uma variedade de competências de justificação e de aprofundamento.

O mesmo estudo (Halpern e Gibbs, 2013) identifica ainda uma tendência para um discurso próprio, mas educado. A maioria das mensagens encontradas são “polidas” (72%) e sem estereótipos (apenas 32% foram consideradas não-cívicas), o que, estando em linha com o estudo de Papacharissi (2004), difere consideravelmente das pesquisas sobre deliberação *online* realizadas nos primeiros anos da Internet (Davis, 1999; Wilhelm, 1999). Entre as explicações mais prováveis para esta transformação estará a própria estrutura dos *media* sociais, caracterizada por elevados níveis de personalização. Comparadas com as primeiras comunidades *online*, as atuais redes

sociais *online* exigem uma crescente identificabilidade (mais informações pessoais, fotografias, contactos, etc.), o que se traduz na atribuição de uma maior responsabilidade às interações produzidas - das quais é difícil os autores desvincularem-se. É sabido que nas redes sociais, onde se jogam formas de identidade e de visibilidade, as mensagens tornam-se públicas para uma audiência ampla e indefinida, tanto em termos espaciais como temporais. Em resultado, os indivíduos enfrentam uma maior pressão para padrões de comportamento educados e cívicos.

Não obstante, todo um vasto conjunto de emoções, que vão do amor e esperança à raiva, ao ódio e à própria repulsa, circulam pelos nossos corpos e fazem o seu caminho através das discussões mediadas (Innerarity, 2016). Estas discussões, por seu lado, têm o potencial de formar a base a partir de onde se articulam queixas coletivas, em direção a objetivos de mudança política e social (Wahl-Jorgensen, 2018). Por isso, assinalar o papel das emoções - e as maneiras pelas quais se encontram inextricavelmente ligadas à tomada de decisão

política racional (por exemplo, Westen, 2007) – surge como uma tarefa vital e em constante evolução. Como Stephen Coleman (2013) escreveu, “o que a democracia *faz* e como a democracia *sente* não são dimensões separáveis” (p. 191). Um número crescente de investigadores (Wahl-Jorgensen, 2018; Beckett & Deuze, 2016; Papacharissi, 2014) estuda hoje as diferentes dimensões do papel das emoções na produção de conteúdos e no envolvimento dos indivíduos com os *media*. Uma perceção é hoje clara: a importância das emoções aumentou dramaticamente com a ascensão dos *media* sociais. Este desenvolvimento é moldado, pelo menos em parte, pelas possibilidades estruturais deste tipo de *media*. Na verdade, as “arquitecturas emocionais” dos *media* sociais (Wahl-Jorgensen, 2018) não só facilitam como privilegiam o envolvimento emocional – explicitamente no sentido de uma positividade pró-social, mas, igualmente, como meio de monetizar o comportamento do público. No que aqui nos importa apreciar, de um modo mais específico, a arquitetura das plataformas de *media* sociais permite o surgimento daquilo que

Papacharissi (2014) designa como “fluxos de notícias afetivas”, simultaneamente lúdicas e humorísticas, cacofônicas, colaborativas e antagônicas.

Pela sua especificidade, a estes fluxos cabe dedicar um olhar mais atento, que iremos efetuar na próxima secção.

Notícias “afetivas”

Com efeito, a crescente importância das formas de expressão emocional nos *media* sociais não se limita aos cidadãos e, entre eles, aos ativistas – a dimensão emocional molda também o estilo discursivo dos jornalistas e reflete-se no seu trabalho.

Beckett e Deuze (2016) identificam diversos fatores que promovem a utilização das emoções pelos jornalistas. Destaquemos o fator económico. Num tempo em que a competição é mais intensa que nunca, em que, a partir da Internet, os concorrentes estão por todo o lado e são infinitos, os jornalistas têm que se empenhar na disputa pelo olhar de cada potencial leitor ou espectador. Ora, é amplamente conhecido como fazer vibrar “as cordas do coração” é uma forma experimentada e testada de

chamar a atenção. Do mesmo modo que o campo do *marketing* valoriza a existência de elementos de “engajamento” entre uma marca e um (potencial) consumidor, o jornalismo considera a emoção como modo de criar *envolvimento* com a notícia. Como referido, não se trata de um fenómeno novo: Chris Peters (2011) demonstra que as notícias sempre foram, em certa medida, emocionais – a diferença é a existência, hoje, tanto de uma crescente diversidade de estilos emocionais como de uma maior aceitabilidade no discurso público do engajamento jornalístico, sendo, por isso, mais explícitas as tentativas de o levar a cabo.

Nas redações noticiosas é hoje muito conhecido que o uso de pistas emocionais capta a atenção dos indivíduos e prolonga o seu envolvimento. Entre diversas outras técnicas, sabe-se que histórias com imagens emocionalmente envolventes possuem mais tráfego (Pantti, 2010), ou que textos escritos em linguagem coloquial resultam um maior número de interações. Acresce que o jornalismo é cada vez mais distribuído não por plataformas jornalísticas, mas através

de diversas redes sociais digitais. Atendendo a esta realidade e aos princípios genéricos de funcionamento destas plataformas, os jornalistas têm hoje a responsabilidade acrescida de enriquecer as peças jornalísticas com recursos (mapas, infografias, cronogramas, etc.) que aumentem o seu impacto emocional, mobilizando inclusivamente fórmulas de criação de conteúdo que correspondam a aspetos identitários, ideológicos e/ou comportamentais dos seus leitores. No seu sentido mais amplo, a emoção é o critério que organiza essa correspondência.

Um outro fator veio igualmente contribuir para a crescente incorporação das emoções no *ethos* jornalístico: existe hoje um maior conhecimento do comportamento dos indivíduos, para o qual contribui, entre outros, o conhecimento gerado no domínio das neurociências. A ciência reconhece há muito que as pessoas respondem em grande medida a emoções, e não estritamente a ideias ou factos – o que, aplicado à comunicação política, terá mesmo inspirado formas de discurso “livres de factos”, tão habilmente explorados por atores políticos

*No seu sentido
mais amplo, a
emoção é o critério
que organiza essa
correspondência*

como Donald Trump nos Estados Unidos. É notado (Beckett & Deuze, 2016) que, no campo jornalístico, as transformações terão ocorrido nesse mesmo sentido: há que entender “o que motiva” as pessoas antes de tentar “vender-lhes” novidades. Se as pessoas muitas vezes possuem motivos concretos e razoáveis para se envolverem com determinadas notícias, a verdade é que esse envolvimento é também, de um modo significativo, uma resposta emocional – e sempre o terá sido. A transformação importante, nos tempos recentes, advém do facto de que a tecnologia e os metadados, aplicados e, em certa medida, integrados, no jornalismo, permitem medir esse processo - acabando, no limite, por interferir na produção, na seleção e na distribuição de notícias.

Face ao descrito, Beckett e Deuze (2016, p. 6) são muito claros na identificação de uma tendência “em direção a um ambiente mais móvel e personalizado de notícias, impulsionadas emocionalmente”. Numa era de “*media* híbridos” (Chadwick, 2017), onde plataformas “antigas” e “novas” e organizações de *media* se misturam, as lógicas mais emocionais

dos *media* sociais transbordaram para o conteúdo dos *media mainstream* (Wahl-Jorgensen, 2019), e, de um modo inevitável, para o campo jornalístico. Ora, as relações imbricadas entre jornalismo, emoções e esfera pública, motivam múltiplas questões. Formulemos algumas delas: que transformações impõe a integração das emoções no quadro concetual que define o jornalismo, e nas suas práticas? De um ponto de vista sociológico e político, de que forma as emoções moldam a ação coletiva? Que relação podemos verificar entre emoções e partilha de conteúdos nas plataformas de *media* sociais – uma prática (de agendamento e de enquadramento) que acaba, ela própria, por se constituir uma forma de participação na vida social?

De uma forma clara, a leitura que subjaz a esta perspetiva possui um sinal inequivocamente positivo. Mesmo que alguns meios de comunicação explorem a vida de celebridades, acidentes e catástrofes naturais, ataques terroristas ou crises económicas a partir de um ângulo objetivamente sensacionalista, importa igualmente reconhecer que nem todas as

reportagens e notícias que representam e comunicam conteúdo emocional são sensacionalistas *a priori*, mesmo que a maioria deles esteticize e politize os significados emocionais desses eventos. Outros trabalhos (Pantti & Wahl-Jorgensen, 2007) sublinham, no mesmo sentido, como as narrativas mediáticas afetivas sobre catástrofes naturais contribuem de forma assinalável para a manutenção de normas e valores sociais fundamentais, como são a solidariedade e a empatia.

Mas um outro entendimento, com um tom mais sombrio, tem igualmente vindo a ser associado a esta perspetiva - e, muito concretamente, à redefinição da noção de notícia e do peso que nela possui o conceito de objetividade. Noutros termos: a questão que se coloca acaba por ser a ideia de verdade associada às notícias, e de como, nessa questão, se considera o papel do afeto. Fernández-Armesto (2010) descreve quatro métodos ou procedimentos básicos para averiguar a “verdade”: o que sentimos, o que nos é dito, o que somos capazes de descobrir e o que observamos empiricamente. Se é um facto que os quatro métodos sempre coexistiram ao longo

da História, hoje, no mundo viral da informação *online*, a primeira opção – o que sentimos – encontra-se em franca ascensão. A verdade é reconfigurada como uma realidade subjetiva interna - um salto afetivo - que, no entanto, se afirma como fundamento para as reivindicações de validade sobre a realidade, em prejuízo de dimensões de natureza racional do discurso. Ora, para os meios de comunicação, o mundo acontece como escândalo e catástrofe. As notícias e as suas correspondentes cargas afetivas decorrem a grande velocidade, sem o efeito moderador da distância ou da compartimentação, promovendo “um tipo de socialização que não se baseia em valores e normas partilhados, mas sim em ameaças comuns, como os riscos, as catástrofes ou as crises. Os nossos vínculos são constituídos mais por aquilo que tememos e nos indigna do que por uma integração positiva” (Innerarity, 2016, p. 146).

É conhecido como muito do desenvolvimento do populismo se inscreve em dinâmicas de gestão das emoções dos indivíduos, e do sucesso que se pode ter a partir do envolvimento e da mobilização sob o efeito de emoções

como o medo ou a angústia. Se se encontra descrito que toda a política (nas suas diversas aceções) requer uma dimensão de emoção e de afeto para instigar a participação, são igualmente claras as ameaças que daí decorrem – do ponto de vista do apagamento da perspectiva racionalista e das suas regras procedimentais no debate público, e em prejuízo do papel crítico das esferas públicas. O enfraquecimento das instituições (políticas, sociais, mediáticas) que proporcionavam integração deixou, pois, o vazio que é preenchido com discursos emocionais populistas (Innerarity, 2016). No contexto dos *media* contemporâneos, podem formar-se esferas com uma natureza distinta do sentido clássico de público (*counter-public spheres*), onde, em verdadeiras câmaras de eco, se cultivam discursos de grupo com uma forte carga emocional, e sem aprofundamento racional-discursivo. Contudo, nestes enclaves, não é apenas a emotividade sobre questões políticas que é mobilizada: cada vez mais, propõem-se visões alternativas da realidade, as quais colocam sob suspeita todo um conhecimento partilhado do mundo

e nos introduzem na chamada era da pós-verdade (Dahlgren, 2018). Num quadro geral marcado pela crise do jornalismo enquanto instituição (que lhe é anterior), o crescimento da quantidade de “notícias falsas”, juntamente com relatos tendenciosos, desinformação e conteúdos informativos de má qualidade tornaram-se parte de um mesmo *mix*. Contudo, o que é significativo neste processo é não tanto a desvalorização da importância de averiguar a verdade, mas sobretudo o papel do afeto. Neste contexto, ao jornalismo cabe a missão de evitar a polarização social do populismo genuíno, num contexto em que se encontra presente a ameaça do deslize para modos “pós-rationais” de discurso – o que ocorre, utilizando os exemplos mais superficiais, quando se promove a opinião sobre a análise factual ou quando se privilegia o infoentretenimento.

Notas finais

Como últimas notas, cabe sintetizar algumas das linhas principais que percorreram este artigo. Partimos da premissa de que os indivíduos

não entram na esfera pública como mentes sem corpo, empenhados em argumentar e deliberar sob as condições normativas de uma racionalidade comunicativa idealizada. Pelo contrário, os cidadãos que participam na esfera pública trazem à discussão pública não apenas as suas crenças, expectativas e capacidade de argumentação, mas também as suas preocupações afetivas, legítimas e socialmente relevantes. Este aspeto negligenciado da esfera pública tem vindo a ser evidenciado por alguns autores que abordam explicitamente a importância do afeto e das emoções como indicadores de valores sociais e morais, mas igualmente como poderosos motivadores para a mobilização política (Richards, 2018).

No mesmo sentido, importa registar que sinais de apatia política e mesmo de desfiliação político-partidária, ostensivamente exibidos por muitos indivíduos em relação ao sistema político convencional, não devem necessariamente ser sinalizados como um desinteresse pela política, se entendermos esta como um todo. Em vez disso, muitos cidadãos reorientam a sua atenção política para instâncias

e práticas fora do sistema parlamentar, redefinindo “o que é o político”, muitas vezes no contexto de novos movimentos sociais, onde são fluidas as fronteiras entre política, valores culturais, processos de identidade e questões enraizadas localmente. É esta dimensão da esfera pública, e as vezes que aí se geram, que importa resgatar – ou pelo menos tomar em consideração. Como descreve Dahlgren (2005, p. 155), “a política torna-se não só uma atividade instrumental para alcançar objetivos específicos, mas também uma atividade expressiva, uma maneira de afirmar, dentro da esfera pública, valores de grupo, ideais e pertença”. No entanto, se esta realidade se afirma de forma evidente, nota o investigador sueco como o “caráter fluido e virtual” destas ações, a facilidade em “juntar-se e retirar-se”, resultam na quase impossibilidade de obter um controlo quantitativo, e mesmo qualitativo, sobre estes desenvolvimentos.

É perante este quadro que Coleman e Blumler (2009, p. 27) sublinhavam, há pouco mais de uma década, a necessidade de “tentar trazer a deliberação para a terra”. Esta

necessidade, para ser operacionalizada, implica defender quatro posições principais. Primeiro, que as barreiras até agora intratáveis à copresença comunicativa sejam transcendidas, com o apoio dos *media* digitais e as suas diferentes plataformas. Segundo, que a deliberação seja cuidadosamente cultivada através do desenvolvimento e da utilização de técnicas destinadas a promover uma comunicação pública inclusiva e colaborativa. Terceiro, que essa deliberação seja considerada a via de escape para os dilemas das teorias da escolha social. A quarta posição é aquela que mais diretamente diz respeito ao objeto do presente artigo: que essa deliberação seja democraticamente inclusiva - que tanto os seus procedimentos como o seu estilo reflitam e incentivem a diversidade cultural, e que as suas normas políticas reconheçam realidades de interesse, diferença e conflito.

Com efeito, muito embora a emoção nunca tenha estado ausente das formas de expressão sobre a *polis*, a idealização de épocas cívicas passadas terá sobredimensionado o significado do discurso racional e esvaziado a infraestrutura afetiva por detrás

das formas de envolvimento cívico. Kees Brants (2002) argumentava, há quase vinte anos, que “a política *online* encontra-se *e-verywhere*”, e isso certamente inclui não apenas a conversação quotidiana *online* sobre política, mas todo um vasto conjunto de atividades menos convencionais ali desenvolvidas – desde um simples *emoji* a uma troca argumentativa estritamente racional numa rede social.

O reconhecimento de uma noção de esfera pública também emocional, e de como os *media* a configuram, motiva ainda hoje a suspeição por parte de modelos e perspetivas que anatematizam as emoções – que postulam como meros exemplos de irracionalidade humana. Acresce que, na era da participação mediada pela Internet, a expressão das emoções é bastante mais fácil de encenar do que garantir a sua eficácia – em termos do seu efeito sobre a esfera pública (Dahlgren, 2018). Contudo, o que este artigo procurou mostrar foi que reconhecer as emoções enquanto parte integrante da esfera pública não nos obriga a abandonar qualquer abordagem racional da dinâmica coletiva de discussão e de participação

nos assuntos públicos. Pelo contrário: importa, sim, aprofundar e enfatizar a natureza e a função das experiências afetivas como parte integrante das ações racionais dos indivíduos no espaço público. Do mesmo modo, reconhecer que os *media* contribuem de forma substancial para a manutenção da esfera pública emocional não implica necessariamente ceder a uma mistura de indulgência emocional ou de sentimentalismo exacerbado que, para alguns, pode distorcer a própria natureza do jornalismo como relato de factos, para outros pode ser fonte de ignição de populismos básicos. Sabemos que as correntes emocionais, se não forem articuladas política e institucionalmente (instância onde se situa, de uma forma muito particular, o jornalismo) provocam tanto ondas de solidariedade como de histeria.

Por fim, consideramos que, se nos concentrarmos exclusivamente no jornalismo de factos ou nos fóruns de discussão política (a título de exemplo) e na sua conformidade normativa, tal resultará, necessariamente, num quadro incompleto, ou pior, num quadro distorcido da vida cívica através dos *media*. As emoções possuem uma

grande importância quando se trata de configurar o espaço público. Se é certo que podem atuar como elementos de despolitização, não o é menos que podem contribuir, de um modo insubstituível, para a configuração e revigoração de formas discursivas com sentido público – veja-se, a título de exemplo, a importância da confiança no discurso económico, da temeridade nas políticas de segurança rodoviária, ou do medo em algumas políticas de saúde. Na era dos *media* digitais, acresce a relevância essencial destes espaços para o estudo das formas contemporâneas de mediação e de interação comunicativa e da sua relação com a vida cívica, na medida em que abrem importantes janelas para que se explore e entenda os modos como a cidadania se entrelaça hoje com aspetos e práticas comuns da vida quotidiana.

Referências bibliográficas

- Beckett, C., & Deuze, M. (2016). On the role of emotion in the future of journalism. *Social Media + Society*, 2(3), 1–6. <https://doi.org/10.1177/2056305116662395>
- Brants, K. (2002). Politics is E-verywhere. *Communication*, 27(2), 171-188. <https://doi.org/10.1515/comm.27.2.171>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford: Oxford University Press.
- Coleman, S. (2013). *How voters feel*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coleman, S., & Blumler, J. G. (2009). *The Internet and democratic citizenship*. New York: Cambridge University Press.
- Dahlberg, L. (2004). Net-public sphere research: Beyond the “first phase”. *Javnost - The Public*, 11(1), 27-43. <https://doi.org/10.1080/13183222.2004.11008845>
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Dahlgren, P. (2018). Public sphere participation online: The ambiguities of affect - Commentary. *International Journal of Communication*, 12, 2052–2070. <http://dx.doi.org/1932–8036/20180005>
- Davis, R. (1999). *The web of politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Fernández-Armesto, F. (2010). *Truth: A history and guide for the perplexed*. London: Black Swan.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: a critical introduction* (2ª ed.). London: Sage.
- Graham, T. (2015). Everyday political talk in the internet-based public sphere. In S. Coleman, & D. Free-lon (Eds.), *Handbook of digital politics* (pp. 247-263). Cheltenham, UK and Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Halpern, D., & Gibbs, J. (2013). Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. *Computers in Human Behavior*, 29(3), 1159-1168. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.10.008>
- Innerarity, D. (2016). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Jin, D. Y. (2013). The construction of platform imperialism in the globalization era. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 11(1): 145-172. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i1.458>

- Kies, R. (2010). *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kohn, M. (2000). Language, power, and persuasion: Toward a critique of deliberative democracy. *Constellations*, 7(3), 408–29. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00197>
- Lunt, P., & Stenner, P. (2005). The Jerry Springer Show as an emotional public sphere. *Media, Culture & Society*, 27(1), 59–81. <https://doi.org/10.1177/0163443705049058>
- Mansbridge, J. (1999). Everyday talk in the deliberative system. In S. Macedo (Ed.), *Deliberative politics: Essays on democracy and disagreement* (pp. 211–239). New York and Oxford: Oxford University Press.
- Meijer, I. C. (2001). The public quality of popular journalism: Developing a normative framework. *Journalism Studies*, 2(2), 189–205. <https://doi.org/10.1080/14616700120042079>
- Morozov, E. (2011). *The net delusion. How not to liberate the world*. London: Penguin.
- Pantti, M. (2010). The value of emotion: An examination of television journalists' notions on emotionality. *European Journal of Communication*, 25(2), 168–181. <https://doi.org/10.1177/0267323110363653>
- Pantti, M., & Wahl-Jorgensen, K. (2007). On the political possibilities of therapy news: *Media* responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. *Estudos em Comunicação*, 1(1), pp. 3–25.
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media and Society*, 6(2), 259–83. <https://doi.org/10.1177/1461444804041444>
- Papacharissi, Z. (2009). The virtual sphere 2.0. The Internet, the public sphere, and beyond. In A. Chadwick and P. N. Howard (Eds.), *Routledge handbook of Internet politics* (pp. 230–245). Abingdon, UK and New York, NY: Routledge.
- Papacharissi, Z. (2014). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Peters, C. (2011). Emotion aside or emotional side? Crafting an “experience of involvement” in the news. *Journalism*, 12(3), 297–316. <https://doi.org/10.1177/1464884910388224>
- Richards, B. (2018). The emotional public sphere and its importance: Freedom of speech as a case study - Commentary. *International Journal of Communication*, 12, 2040–2051.
- van Zoonen, L. (2005). *Entertaining the citizen: When politics and popular culture converge*. New York, NY: Rowman & Littlefield.
- Wahl-Jorgensen, K. (2018). The emotional architecture of social media. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self and platforms, stories, connections* (pp. 77–93). New York, NY: Routledge.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). Questioning the ideal of the public sphere: the emotional turn. *Social Media + Society*, 5(3), 1–3. <https://doi.org/10.1177/2056305119852175>
- Westen, D. (2007). *The political brain: The role of emotion in deciding the fate of the nation*. New York, NY: Public Affairs Books.
- Wilhelm, A. G. (1999). Virtual soundboards: how deliberate is online political discussion? *Information, Communication and Society*, 1(3): 313–38. <https://doi.org/10.1080/13691189809358972>